



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM POLÍTICAS  
PÚBLICAS EDUCACIONAIS

MARIA AMÉLIA RIBEIRO

A educação infantil na perspectiva do programa Proinfância no  
município de Guarabira/pb

GUARABIRA/PB  
2020

MARIA AMÉLIA RIBEIRO

A educação infantil na perspectiva do programa Proinfância no município de Guarabira/pb

Trabalho de conclusão de curso apresentado à coordenação do Curso de Especialização em Educação em Políticas Públicas Educacionais como requisito parcial para fins de conclusão do referido Curso de Pós-graduação.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rita de Cássia Rocha Cavalcante

Guarabira/PB  
2020

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

R484e Ribeiro, Maria Amélia.  
A educação infantil na perspectiva do programa Proinfância no município de Guarabira/PB [manuscrito] / Maria Amélia Ribeiro. - 2020.  
43 p.  
Digitado.  
Monografia (Especialização em Educação e Políticas Públicas) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2020.  
"Orientação : Profa. Dra. Rita de Cássia Rocha Cavalcante, Coordenação do Curso de Pedagogia - CH."  
1. Políticas Públicas. 2. Educação infantil. 3. Proinfância. I.  
Título

21. ed. CDD 372.24

MARIA AMÉLIA RIBEIRO

A educação infantil na perspectiva do programa Proinfância no município de Guarabira/pb

Data de Aprovação: 16/09/2020

Nota: 10,0

BANCA EXAMINADORA:

*Rita de Cássia R. Cavalcante*

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rita de Cássia Rocha Cavalcante (Orientadora)  
UEPB

*Emília Cristina Ferreira Barros*

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Emília Cristina Ferreira Barros (Examinadora)  
UEPB

*Márcia Gomes dos Santos Silva*

---

Prof.<sup>a</sup> Ms Márcia Gomes dos Santos Silva (Examinadora)  
UEPB

Dedico este trabalho a minha amada família, em especial a minha mãe Maria de Lourdes, que com sua simplicidade, palavras de força e carinho me motivou a realizar meus sonhos.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, sem Ele nada seria possível. Aos meus amados pais, Maria de Lourdes e Antônio Laurentino, meus queridos irmãos, Luís, Roberto e Paulo, a minha irmã Cida que sempre “*reclama*” minha ausência em casa para ajudar nas atividades domésticas, mas que sempre esteve ao meu lado.

Agradeço a minha avó, Maria de Jesus, que sempre cuidou do meu café da manhã com sua tapioca deliciosa, meus primos/as, tios/tias que de maneira direta ou indiretamente estiveram ao meu lado.

Agradeço ao meu lindo e amado filho, José Vinícios, razão maior das minhas lutas. Sinto muito meu filho pela minha ausência, quando tive que sair para assumir meus compromissos de trabalho e estudos, e o entreguei confiando sempre você aos cuidados e a orientação de sua avó materna Lourdes e de toda família.

Gratidão à professora Rita de Cássia Rocha Cavalcante por ter aceitado me orientar, a mesma sempre conduziu com muito profissionalismo e dedicação.

Aos meus amigos e amigas de sala que estiveram durante todo esse tempo compartilhando saber, desabafos, alegrias com muita sapiência, em especial aos amigos/as de Dona Inês/PB com os quais eu, aos sábados, dividia o mesmo transporte, sem vocês tudo teria sido mais difícil!

Grata a cada professor e professora que disponibilizaram seu maravilhoso tempo para contribuir com minha formação, a vocês não tenho palavras suficientes para demonstrar tamanha gratidão.

Ao professor Marcelo por atender toda semana os meus pedidos de informação ou reivindicações, grata por tudo e, em especial, pelos dias que saímos para almoçar juntos com os demais professores que ministraram as aulas.

A professora Germana que sempre me deu carona quando precisava, e a minha amiga Clara Vasconcellos que me orientava na correção ortográfica de alguns trabalhos, bem como com palavras amigas quando tudo parecia estar difícil.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para que eu chegasse ao final do curso na certeza que partirei para realização de outros sonhos.

## RESUMO

O presente trabalho aborda a educação infantil na perspectiva do Programa Proinfância, no município de Guarabira/PB, com o objetivo geral de avaliar a qualidade da educação infantil através do acompanhamento de atendimentos às crianças pelo Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para Rede Escolar Pública de Educação Infantil. A metodologia desenvolvida no trabalho consiste na pesquisa qualitativa. A análise das informações indica que a Secretaria de Educação do Município tem atendido de forma limitada uma parte da demanda por educação infantil em espaços educacionais que atendem aos critérios e indicadores de qualidade dos ambientes para esse nível de ensino, conforme preconizam os documentos oficiais em vigor. Nesse aspecto, a investigação sobre a qualidade da educação infantil vem ganhando espaço nas políticas públicas, no tocante aos ambientes para seu desenvolvimento, mas existem barreiras burocráticas que geralmente ultrapassam os poderes dos municípios e interferem negativamente na ampliação, financiamento e manutenção dos investimentos na área.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Educação infantil. Proinfância.

## ABSTRACT

The present work deals with early childhood education in the perspective of the Proinfância Program in the city of Guarabira / PB, with the general objective of evaluating the quality of early childhood education by monitoring the attendance of children by the National Program for the Restructuring and Acquisition of Equipment for the Public School Network Child Education. The methodology developed in the work consists of qualitative research. The analysis of the information indicates that the Municipal Secretary of Education has met in a limited way a part of the demand for early childhood education in educational spaces that meet the criteria and quality indicators of the environments for this level of education, as recommended by the official documents in force . In this regard, research on the quality of early childhood education has been gaining ground in public policies, with regard to environments for its development, but there are bureaucratic barriers that generally exceed the powers of municipalities and negatively interfere in the expansion, financing and maintenance of investments in the area.

Keywords: Public Policies. Child education. Pro-childhood.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	07
2. PASSOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	08
3. CONTEXTUALIZANDO A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL.....	11
4. O ESPAÇO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA PERSPECTIVA DO EDUCAR E CUIDAR: PRÁTICAS INDISSOCIÁVEIS.....	17
5. A EDUCAÇÃO INFANTIL NA CIDADE DE GUARABIRA.....	18
6. A UEPB E A EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE GUARABIRA: FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DE PROFESSORES	22
7. O PRÓ-INFÂNCIA EM GUARABIRA: ASPECTOS NACIONAIS E LOCAIS DE UMA POLÍTICA DE QUALIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL?.....	29
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
REFERÊNCIAS.....	37
APÊNDICE.....	
ANEXOS.....	

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por finalidade investigar a Educação Infantil de qualidade no município de Guarabira/PB, considerando o Programa Proinfância. O Estágio Supervisionado I e Prática Pedagógica no curso de Licenciatura em Pedagogia me permitiram observar as condições físicas de infraestrutura das instituições de ensino da educação básica que geralmente apresentavam condições de aparente precariedade, sendo inadequadas para receberem e ofertarem um ensino na perspectiva da legislação educacional vigente e no âmbito da política pública para Educação Infantil.

Diante desse cenário, escolhi tratar desse tema com maior profundidade na especialização posto que, nas buscas realizadas em sites acadêmicos, percebe-se que há pouca produção, tendo esse tema uma abordagem limitada. Frente à escassez e à superficialidade de trabalhos científicos que tratam do Programa Proinfância, é necessário a realização de pesquisa para ampliar e aprofundar as discussões de uma política pública que, instituída pelo governo federal, se materializa num município paraibano.

O Programa Proinfância é um programa nacional que faz parte do Plano Nacional da Educação (PNE) voltado a reestruturação e aquisição de equipamentos para rede pública, criado em 2007, tem como finalidade garantir o acesso a educação infantil (creche e escola) bem como melhorar a infraestrutura das instituições educativas, funcionando sob dois eixos básicos: construção de unidade escolar através da assistência técnica e financeira do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e compra de mobiliário e materiais adequados para o funcionamento da rede física (projeto padronizado pelo FNDE ou proponente).

Nosso objetivo geral foi avaliar a qualidade da educação infantil através do acompanhamento de atendimentos a crianças na cidade de Guarabira pelo Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para Rede Escolar Pública de Educação Infantil – Proinfância, tendo os seguintes objetivos específicos: identificar as estratégias de organização que o município vem desenvolvendo para atender a Educação Infantil; Verificar como o Programa Proinfância garante o acesso à Educação Infantil de qualidade e diferenciar a

qualidade da educação infantil das unidades escolares que são beneficiadas pelo programa das demais unidades de educação.

Através desta pesquisa pretendemos responder alguns questionamentos, a saber: Qual(is) estratégia(s) a Secretária de Educação do Município de Guarabira tem utilizado para atender o Programa Proinfância em consonância com os dispostos pelo Ministério da Educação? Como é feita a adesão ao Programa Proinfância no município de Guarabira? Há colaboração entre as partes, partícipes do acordo? Qual(is) dificuldade(s) ou facilidade(s) a Secretaria de Educação tem enfrentado para se organizar enquanto Sistema de Ensino Público para atender a Educação Infantil? Em síntese pergunta-se: O Programa Proinfância tem efetivamente colaborado para garantir a Educação infantil de qualidade, neste município?

Nesse sentido, o presente trabalho fornecerá subsídios para possibilitar proposição sobre a implantação e a implementação do Programa Proinfância frente aos desafios e impactos na Educação Infantil, no município de Guarabira.

A estrutura do trabalho está organizada da seguinte maneira: na primeira parte, após a introdução, apresentamos os passos metodológicos da pesquisa e, em seguida, trazemos uma contextualização da educação infantil no Brasil considerando a literatura educacional brasileira e os documentos legais. No segundo momento, discutiremos acerca do espaço da educação infantil na perspectiva do educar e cuidar como práticas indissociáveis. Na terceira parte abordaremos a formação e a atuação de professores e, na parte posterior, iremos tratar da educação infantil no município de Guarabira/PB e o trabalho formativo promovido pela Universidade Estadual da Paraíba. E, na quinta etapa, trataremos do Programa Proinfância em Guarabira, discutindo sobre os aspectos nacionais e locais de uma política que visa a qualidade da educação infantil; Além das considerações finais.

## **2. PASSOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA**

Para realização do presente trabalho, inicialmente, nos dedicamos à leitura bibliográfica para compreender o Programa Proinfância, por meio de documentos oficiais, artigos científicos, divulgados nos sites do governo federal, monografias, entre outros, buscando verificar os elementos que poderiam permitir a efetivação da

qualidade da educação infantil. Nesse momento, percebemos a necessidade de se aproximar mais do objeto de estudo. Para tanto, decidimos delimitar um espaço para, dessa forma, buscar mais informações e seguir a investigação propriamente dita.

O ponto inicial dessa pesquisa surgiu na graduação quando observei que as instituições de educação infantil não estavam de acordo com os Indicadores de Qualidade para Educação Infantil (IQEI). O amadurecimento dessa constatação na condição de graduada me trouxe a oportunidade de configurar o projeto intitulado “A educação infantil na perspectiva do Programa Proinfância: no município de Guarabira/PB”, aprovado na seleção do Curso de Especialização em Políticas Públicas Educacional em 2018, ofertado pela Universidade Estadual da Paraíba-Campus III.

Durante o período do curso de especialização com os estudos realizados ficou cada vez mais evidente a necessidade de ampliar o leque de conhecimento e discussões acerca do Programa Proinfância e de sua colaboração na educação infantil de Guarabira.

Seguindo com a propositura do projeto acima destacado realizamos um levantamento *in loco*, com visita a sede da Secretaria Municipal de Educação de Guarabira/PB, no dia 18 de dezembro de 2019, e, na oportunidade, convidamos o seu gestor para participar da investigação, o qual mostrou interesse em colaborar com o estudo através de uma conversa informal sobre o tema a ser abordado, bem como destacou a importância da contribuição do mesmo para as políticas públicas educacionais voltadas à educação infantil.

Neste sentido, em outro momento, realizamos uma entrevista semiestruturada (Cf. anexo nº 01) no dia 28/12/2019, que, em seguida, iniciamos o processo de transcrição das informações coletadas.

Nesse processo voltamos a entrevistar o secretário da educação do município, bem como a coordenadora da educação infantil ou pessoa responsável pela pasta para darmos continuidade à pesquisa, objetivando elucidar dúvidas e aprofundar as informações levantadas.

Essa nova ação foi realizada no dia 13 de março de 2020, com uma entrevista estruturada ao Secretário de Educação. A entrevista veio a somar com a primeira, na qual observamos que podíamos analisar os dados coletados para tecer considerações acerca da atual situação da administração da educação infantil no

município investigado. Ao longo da investigação fomos percebendo que o Programa Proinfância tem fundamentos em outros documentos oficiais que trazem para o cenário educacional brasileiro a necessidade da implantação e ampliação das instituições de ensino infantil que promovam ensino de qualidade.

Com a organização dos dados, constatamos que a melhoria na infraestrutura das escolas de educação infantil vem proporcionar e garantir a inclusão escolar de parte da demanda social junto à formação dos profissionais da educação que trabalham nesse nível de ensino. Além disso, descobrimos que esses aspectos eram dificuldades enfrentadas pelo município antes da celebração dos convênios com o governo federal em parceria com a universidade.

Desta forma, concordamos com Bogdan e Biklen (1994, p.40), que a pesquisa qualitativa envolve uma diversidade de ações envolvendo desde a “observação participante, entrevistas em profundidade ou etnografia - despendendo grandes quantidades de tempo nos locais de investigação e com os sujeitos ou documentos de investigação.”

Entre essas ações para interagir no nosso campo de investigação, a entrevista foi um método escolhido frente aos objetivos do trabalho e a realidade. Segundo Gil (2008):

Pode-se definir entrevista como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação. (GIL, 2008, p.28)

Pensamos que, a técnica utilizada para coleta de informações referente à situação da educação infantil na perspectiva do Programa Proinfância no município de Guarabira, servirá para orientação de novos objetivos para aguçar e construir novos conhecimentos tendo como finalidade contribuir para novas discussões.

Além disso, destacamos que as informações que resultaram das entrevistas permitiram enriquecer a construção do trabalho, pois o campo de pesquisa é flexível para novos olhares.

### 3. CONTEXTUALIZANDO A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

A escola da educação infantil é um ambiente em que as crianças vivenciam suas experiências desde pequenas, devendo estar organizada adequadamente. Espaços precisam estar estruturados com objetos e mobiliários que promovam a segurança e a qualidade do processo educacional que se inicia logo cedo com os infantis.

Porém, por muito tempo a educação infantil não foi vista como um processo educacional para todos, mas como um cuidado voltado, sobretudo, para as crianças de origem humilde. Para Oliveira (2011):

O problema do cuidado de seus filhos enquanto trabalhavam não foi, todavia, considerado pelas indústrias que se estabeleciam, levando as mães operárias a encontrar soluções emergenciais em seus próprios núcleos familiares ou em outras mulheres, que se propunham a cuidar de crianças em troca de dinheiro. (OLIVEIRA, 2011, p.95)

De acordo com a autora supracitada, observamos que essa solução emergencial encontrada pelas mulheres que precisavam se ausentar para o trabalho nas fábricas dispensa a formação educacional das crianças, pois viviam expostas a condições de precariedade, o que levava ao alto índice da mortalidade infantil.

Contudo, os pais que podiam pagar passam a colocar seus filhos nos primeiros *parques infantis* ou *jardins de infância*, os demais em meio ao processo fabril, no qual muitas mulheres precisavam trabalhar e se veem obrigadas a deixarem seus filhos com vizinhos ou pessoas sem instruções.

Nesse contexto, segundo Oliveira (2011), ocorrem movimentos por melhores condições de salários, bem como por ambiente digno para o trabalho nas fábricas, o que contribuiu para que as mulheres encontrassem um lugar para deixar seus filhos, mas sem percepção educacional, sendo espaço exclusivo para guarda de criança.

Diante disso, a autora afirma que, as reivindicações operárias, a princípio, não tiveram um objetivo decisivo para a educação infantil, uma vez que, garantir que as crianças ficassem perto de suas mães não significava que elas estavam sendo vistas como seres capazes de desenvolvimento. De fato, o que se observa, nesse quadro, é que as crianças passam a ter um espaço para passar o tempo enquanto

suas mães prestavam um serviço, isto contribuiu para manter os infantis próximos das mães e o mercado de trabalho interferindo nessa relação.

Percebe-se que, na visão de Oliveira (2011), a palavra “guarda” traz a imagem de que a criança é um objeto, sendo a mãe trabalhadora a responsável por conduzi-la até o local onde ela deveria ficar ao longo da jornada de trabalho.

Desta forma, essas foram as primeiras instituições de ensino infantil de posse dos empresários no Brasil e ofertadas aos filhos de trabalhadores, fruto das negociações, sendo que a vantagem não era em favor da criança, mas de modo produtivo, ou seja, para o patrão, a saída fora o assistencialismo precário fator marcante para cuidar das crianças enquanto as mães trabalhavam.

A autora segue afirmando que a educação da criança na área da saúde, bem como da assistência social, se pautarão no: “Higienismo, a filantropia e a puericultura [que] dominavam na época, a perspectiva de educação das crianças pequenas.” (OLIVEIRA, 2011, p.100)

Conforme fica explícito no texto em questão, a educação dos infantis primava por uma roupagem educacional relacionada à saúde, não com a preocupação no desenvolvimento integral da criança, mas na perspectiva de elucidar os problemas de saúde que as mesmas podiam ter, isto é, a educação não estava nos planos de desenvolvimento do governo.

Contudo, nos anos 70 houve um desligamento do Departamento Nacional da Criança, o qual passou a pertencer a Coordenação de Proteção Materna-Infantil. Essa divisão ocorreu com a “preocupação de certos grupos sociais com a organização de instituições para evitar a marginalidade e a criminalidade de vastos contingentes de crianças e jovens da população mais carente.” (*Idem, ibidem*, p.101)

Notamos que o surgimento da Coordenação de Proteção Materna-Infantil, permanece com intuítos de assegurar a proteção física das crianças, mas o foco da educação não será o cerne do projeto, ou seja, o assistencialismo fortemente continuou e não apresentava materialidade educativa que suprisse a formação educacional.

Esse contexto é marcado pela desigualdade social, com a influência de um modelo econômico que não dava espaço para a descentralização e o acesso à educação, “um capitalismo dependente e centrador de riquezas continuaram impedindo que a maioria da população tivesse satisfatória condição de vida” (OLIVEIRA, 2011, p.102). Desta forma, entendemos que se a população não detém

a produção do capital, também não lhe é garantido a educação. Esses fatores incidem na educação infantil brasileira.

Na década de 80, com a promulgação da Constituição Federal, mudanças passam a vigorar e o dispositivo legal contribuirá para efetivação das políticas públicas educacionais, conforme se depreende do art. 208, inciso IV que dispõe: “educação infantil, em creches e pré-escola, às crianças até 05 (cinco) anos de idade;” que se constituiu um avanço na educação brasileira para o atendimento às crianças.

Diante disso, a educação infantil, negada por muito tempo, começou a ser pensada no campo da educação, agora não mais com a visão assistencial, mas como direito constitucional.

Vale ressaltar que, nessa perspectiva, outros documentos foram surgindo para dar continuidade à luta pelo desenvolvimento integral da criança, como por exemplo na década de 90, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em seu art.53 disserta que: “A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, [...]”.

Seguindo a lógica, as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (2010), expedidas pelo Ministério da Educação e da Cultura, reforçam a determinação constitucional de que a educação é dever do Estado, sendo desenvolvida em espaços institucionalizados, e não mais no seio familiar.

Primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas, às quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social. (BRASIL/DCNEI, 2010, p.12)

O documento apresenta uma visão global da criança, tendo o objetivo de garantir o currículo com propostas pedagógicas que definam metas a serem trabalhadas nos ambientes infantis de educação, sobre a responsabilidade dos estabelecimentos de ensino com controle desse atendimento.

Dessa maneira, deve assegurar a educação de forma sistematizada de acordo com a proposta do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil,

lançado em (1998), que visa fomentar as práticas educativas para ampliar o exercício da cidadania, de acordo com um:

[...] conjunto de referências e orientações pedagógicas que visam a contribuir com a implantação ou implementação de práticas educativas de qualidade que possam promover e ampliar as condições necessárias para o exercício da cidadania das crianças brasileiras. (BRASIL/RCNEI,1998, p.13)

A Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB 9394/96), em seu Art. 29, aponta e reconhece a educação infantil como primeira etapa de educação básica voltada ao desenvolvimento integral da criança, em seus diversos aspectos (físicos, psíquicos, sociais entre outros), a ser ofertada pela rede ou sistema de ensino, cujas primeiras noções são fornecidas informalmente pelas famílias.

Reconhecendo a educação infantil como primeira etapa da educação básica conforme está assegurada na Lei 9394/96 e garantida pela Emenda Constitucional nº 59/2009 que estendeu a educação obrigatória dos 04 a 17 anos, foi construído e implantando o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

No Plano Nacional da Educação brasileira, a educação infantil foi contemplada na primeira meta, com objetivo de universalizar a pré-escola, bem como garantir atendimentos mínimos para as crianças em creche, dividida em duas faixas etárias, sendo: a primeira de zero (0) até três (3), de matrícula não obrigatória, mas de dever do Estado ofertar, e a segunda de responsabilidade a efetivação de matrículas das crianças de quatro (4) e cinco (5) anos.

Meta1: universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência desde PNE. (BRASIL/PNE, 2014, p.16)

Embora a educação infantil não tenha o objetivo de promoção para o ensino fundamental em relação aos aspectos avaliativos, ela fomenta a formação integral como parte inerente a formação cidadã das crianças. Destacamos que, as crianças são sujeitos de direitos, reconhecimento e conquista dos movimentos sociais, sobretudo de mulheres.

Por fazer parte da educação básica, a educação infantil também está incluída na Base Nacional Comum Curricular. Neste documento estão previstos por meios dos direitos de aprendizagens “Conviver, brincar, participar, explorar, expressar, conhecer-se.” (BRASIL/BNCC, 2017, p.25)

Os mesmos garantiram um papel ativo na aprendizagem das crianças que deve reforçar o direito da criança de estudar, de ser vista como cidadã, parte do princípio de integralidade, bem como de formar esses sujeitos para viverem em sociedade. Para efetivar a aprendizagem, os ambientes educativos devem estar adequados para promover ensino de qualidade.

As políticas públicas devem cumprir com o dever estabelecido nos documentos oficiais, para, dessa forma, assegurar a educação infantil de qualidade, mediante seu público, fortalecendo o direito ao conhecimento sistematizado, para galgar novos caminhos. Não basta ofertar na lei, é preciso fazer na prática, no cotidiano dos espaços de formação infantil.

No tocante a política pública para a educação infantil, o Programa Proinfância, lançado pelo governo Federal, instruído pela resolução de nº 06 de abril de 2007, que tem como objetivo organizar as instituições de ensino infantil em termos de infraestrutura, possibilitando a construção de novas creches nos municípios por meio de convênios será objeto de estudo nesse trabalho.

Na próxima seção, trataremos do educar e do cuidar como práticas importantes, complementares e indissociáveis para o processo de ensino e aprendizagem, devendo ser projetadas e organizadas para o desenvolvimento pleno da criança.

#### **4. O ESPAÇO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA PERSPECTIVA DO EDUCAR E CUIDAR: PRÁTICAS INDISSOCIÁVEIS**

Historicamente, o cuidado com as crianças foi visto como essencial ao seu bem-estar físico, e não necessariamente como parte integrante do educar. No entanto, sabemos que a criança, em sua formação integral, precisa dessas duas práticas como indissociáveis, por isso o ambiente infantil de aprendizagem, na atualidade, diante das transformações ocorridas no mundo, faz exigências ao currículo escolar e as práticas pedagógicas que contemplem esse processo.

Compreendemos a importância da oferta de educação de qualidade no ambiente escolar, com práticas trabalhadas pelos profissionais em sala de aula e outros ambientes que são propícios ao fazer pedagógico na perspectiva da importância do educar e cuidar.

Mesmo hoje, ainda ocorre disparidade entre as crianças de distintas classes sociais - as desfavorecidas de recursos financeiros e aquelas pertencentes às famílias abastadas. Estas últimas colocam os filhos pequenos na escola particular, já as crianças carentes não têm o mesmo direito, segundo o secretário de educação.

[...] a gente ver nas escolas particulares, os pais colocam os filhos com dois anos de idade, dois anos e meio, porque pode. Porque as escolas públicas não podem também? Então nosso desafio tem sido esse, tanto é que saímos de 2013 pouco mais de 300 alunos e hoje estamos perto de 800, trabalhando principalmente a família para que ela entenda que colocar alunos na creche não apenas para brincar cuidar e alimentar, mas é também acima de tudo educar. (Entrevistado X, 2019)

A dimensão do cuidado na educação infantil, que perpassa o sentido do bem-estar físico como parte intrínseca do compreender o outro, no espaço escolar, se relaciona com o processo educativo e traz outras demandas.

Contemplar o cuidado na esfera da instituição da educação infantil significa compreendê-lo como parte integrante da educação, embora possa exigir conhecimentos, habilidades e instrumentos que extrapolam a dimensão pedagógica. Ou seja, cuidar de uma criança em um contexto educativo demanda a integração de vários campos de conhecimentos e a cooperação de profissionais de diferentes áreas. (BRASIL/RCNEI, 1988, p.24)

Dessa forma, matricular a criança na educação infantil significa ofertá-la um cuidar com fins educacionais, em que os profissionais em seus ofícios relacionados com diversas áreas do saber pedagógico devem garantir que a criança, sob sua responsabilidade, receba um cuidar de intencionalidade educativa.

“As situações de cuidados são ricas em aprendizagem para as crianças, visto que elas não param de sentir, pensar, falar e interagir durante a troca, o banho, a higiene das mãos ou da alimentação” (MARANHÃO e ZURAWSKI, 2014, p. 10).

Corroborando com a temática do cuidar na perspectiva do educar, as autoras apresentam momentos ricos de aprendizagem, que os educadores devem estar atentos e abertos. Nessas situações de aprendizagens pode-se observar o

desenvolvimento por meio da interação da criança com o adulto, sendo importante a presença dos profissionais bem formados para a concretização de todo processo.

Para Azevedo (2013), a superação da dicotomia do cuidar e educar nas instituições de ensino infantil só se realizará por meio da ação pedagógica. Salientamos que essas ações estão ligadas a proteção da criança no cotidiano escolar trabalhadas em vários momentos.

A superação dessa dicotomia é o que, atualmente, busca-se concretizar nas instituições de atendimento infantil através de um trabalho pedagógico 'integrado', que compreenda 'cuidado e educação como práticas indissociáveis'. (AZEVEDO, 2013, p.92) [Grifos do original]

O trabalho pedagógico vivenciado pelas crianças desde o momento que chegam à escola até a sua saída dos sistemas de ensino exige formação e capacitação para os/as professores/as atuarem nesse segmento, tendo em vista que: "As novas funções para a educação infantil devem estar associadas a padrões de qualidade." (RCNEI, 1998, p.19). A formação dos profissionais é indispensável para ocorrer qualidade no ensino, por serem eles que passarão a maior parte do tempo com as crianças.

Essa qualidade pode ser efetivada por meio de políticas públicas que valorize o contexto social em que as crianças estejam inseridas, e as diversas formas de linguagens que vão sendo construídas expressando as várias maneiras associadas ao cuidar. Logo educação e cuidados se somam no educar com qualidade. Nesse sentido, RCNEI (1988) afirma que:

O desenvolvimento integral depende tanto dos cuidados relacionais, que envolvem a dimensão afetiva e dos cuidados com os aspectos biológicos do corpo, como a qualidade da alimentação e dos cuidados com a saúde, quanto da forma como esses cuidados são oferecidos e das oportunidades de acesso a conhecimentos variados. (RCNEI, 1988, p.24)

O trabalho pedagógico fortalece o desenvolvimento integral da criança como está descrito nos Referenciais Curriculares Nacionais para Educação Infantil. Cuidar contribui para a aprendizagem das crianças, visto que: "[...] as instituições de Educação Infantil devem garantir uma experiência educativa com qualidade a todas as crianças, entendendo o cuidado como algo indissociável ao processo educativo, [...]" (OLIVEIRA, 2011, p.121)

Observamos que, o cuidar e o educar fazem parte do processo educativo, caracterizado nos espaços institucionais e não domésticos, que podem ocorrer em ambientes públicos ou privados. “Todos os momentos podem ser pedagógicos e de cuidados no trabalho com crianças de 0 a 5 anos. Tudo dependerá da forma como se pensam e se procedem às ações.” (CRAIDY E KAERCHER, 2001, p. 70).

Entendemos o cuidar e educar como concepções que na educação infantil não podem ser trabalhadas de maneira separadas, pois não existem dois momentos, mas um momento que as duas concepções se completam no processo educativo que exige uma relação construtiva entre o profissional e a criança. “Para cuidar, é necessário um conhecimento daquele que necessita de cuidados, o que exige proximidade, tempo, entrega.” (KRAMER, 2005, p. 82)

Nessa relação, os professores devem estar atentos para ver o outro, isto é, quem está do outro lado? Compreender que esse sujeito é alguém que precisa do seu compromisso, da sensibilidade profissional. Neste sentido, a formação inicial e continuada desses profissionais devem ser ofertadas pelos sistemas de ensino, sendo relevante para a qualidade educacional respeitando os aspectos do educar e cuidar.

## **5. A EDUCAÇÃO INFANTIL NA CIDADE DE GUARABIRA/PB**

A Secretaria de Educação do Município através dos Agentes Comunitários de Saúde fez levantamentos sobre as áreas que necessitavam da construção de escolas infantis, com esses dados buscou adesões ao governo federal para a construção de Unidades Educativas por meio de convênios com Programa Proinfância. Esse levantamento tornou-se uma ferramenta importante, tendo em vista que, os agentes conhecem a realidade de cada comunidade e as famílias com quem estão diariamente em contato fazendo a inter-relação com o poder público.

O município fechou algumas instituições de ensino, que, em razão do êxodo das famílias da zona rural para urbana, reduziu o número de alunos em sala de aula, pois entendeu que não compensava manter uma equipe de profissionais para atender a poucos alunos, o que exigiu um deslocamento dos mesmos.

O projeto da escola militar defendido pelo governo federal não foi assumido, pois se compreendeu que este é um modelo excludente de educação, que não beneficiaria a todos, desse modo não seria possível implantar na rede municipal.

Desta forma, segundo o secretário de educação de Guarabira, a educação infantil vem passando por várias mudanças, entre elas, o mesmo destaca a implantação do Programa Proinfância, com a construção de novas unidades.

Nós temos uma (1), é a B, tipo B a maior. Tem A, B e C. A que nós temos adequa todos os padrões exigidos, é o CREI que ti falei. Estamos construindo outra do tipo C, que é menor no Alto da Boa Vista, só que como é recurso federal, então veio a primeira, eles liberaram 10%, do recurso, foi executado e aí com a mudança de governo, foi travado, foi liberado outra parte, e aí nós estamos tocando essa obra com muita dificuldade para termos a segunda creche do Programa Proinfância. (ENTREVISTADO X, 2019)

O município foi contemplado com uma creche em funcionamento, outra em andamento. As instituições construídas pelo Programa Proinfância contam com espaços adequados para realização do processo educativo e mantém uma relação direta com a Secretaria de Educação do Município.

Contudo, nesse momento o município passa por dificuldades para realização da sua segunda unidade, ou seja, a falta dos repasses do governo federal impossibilita o desenvolvimento das obras, e conseqüentemente do ensino, mesmo assim o secretário de educação aponta para uma melhoria na educação do município:

Tem melhorado, no entanto, está muito longe daquilo que era pra ser. É numerar uma série de fatores, por exemplo: se você olhar a educação de 40 anos atrás, era melhor talvez em alguns aspectos, em que sentido? Porque quem tinha algum aluno, aluno especial deixava em casa e não mandava para a escola, aí os pais que tinham certas desestruturas os filhos também não ia para a escola, então a escola terminava sendo quase que uma coisa meia que seletiva. Hoje não, hoje a escola pega todo aluno, alunos especiais, e de famílias desestruturadas que vem pra escola, e as escolas não estavam preparadas para isso aí. (ENTREVISTADO, 2020)

A melhoria na educação do município firmada pela ruptura e superação da seletividade ocorrida no passado, bem como pelas instituições de ensino terem assegurado a inclusão conforme prevê a legislação educacional, no mínimo é

contraditória, pois de nada adiantará receber as crianças se as escolas não estiverem preparadas para essa nova realidade.

Art. 58 entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (BRASIL/LDB/9394/96).

Pensamos que a prerrogativa da inclusão desses cidadãos nos documentos oficiais para educação básica e superior em suas diversas modalidades é para o desenvolvimento integral em unidade com padrão de qualidade, porém a realidade do município de Guarabira/PB, em relação à infraestrutura das unidades escolares apresenta um comprometimento devido à arquitetura de alguns prédios que se configuram como construções inadequadas não correspondendo aos padrões da legislação vigente, para a gestão municipal na pessoa do senhor secretário.

[...] questão de espaço, se você observar muitos prédios, são prédios construídos a 30, 40 anos atrás, não atende as necessidades de hoje, alunos especiais na rede escolar de inclusão, aquela não estava preparada para inclusão, nem o professor, nem a escola, tanto é que ficam é moldando as escolas ao longo do tempo, questão de acessibilidade, a questão da formação dos professores, então tudo isso é avanço que nós temos conseguido, hoje muitos alunos que antes estavam fora de sala, hoje tão dentro da sala devido à inclusão, no entanto, a inclusão foi feito de maneira forçada atropelada não foi preparada para ter essa inclusão e em termo de números tem melhorado, mas está muito longe daquilo que nós queríamos. (ENTREVISTADO, 2020)

No tocante aos espaços que foram construídos de forma desorganizada, sem planejamentos e atendiam a outros públicos e fazem parte da rede de ensino do município, pode haver um fator de impedimento para implantação da reestruturação de acordo com o Programa Proinfância, devido aos critérios para realização da adesão entre o município e o governo federal.

A inclusão nos espaços educacionais vem sendo tratada, segundo o secretário de educação de Guarabira, com bastante seriedade, pois a gestão tem se empenhado em buscar soluções para resolver os problemas de infraestrutura dos espaços, bem como a formação de professores, isto é, como direito constitucional, tendo em vista que, antes qualquer pessoa sem formação atuava nas instituições

para atender as crianças, numa prática assistencialista e não educativa, dessa forma o entrevistado afirma.

Eu vejo que são boas porque hoje a formação de professores está mais fácil, é que antes era uma dificuldade muito grande, muito grande formar um professor, pegava-se professor, aquela que tinha mais conhecimento na zona rural muitas vezes sem ter conhecimento nenhum, mas sabia um pouco mais queria ser professor, hoje não, o professor para entrar em sala de aula tem que ter graduação, eu vejo aí meio preocupado com uma escola chamada cívico militar, que aquela escola não é uma escola pra todos, é uma escola de exclusão. (ENTREVISTADO X, 2019)

As políticas educacionais em prol da qualidade dos serviços oferecidos no âmbito da educação têm colaborado para pôr à frente a formação e a valorização dos profissionais da educação, notamos que a visão de que qualquer pessoa poderia assumir uma sala de aula perdeu espaço para aquela que defende a contratação de profissionais qualificados, que possam atender a todos, já que a escola é um espaço social com experiências educacionais entre professor e alunos.

Os âmbitos são compreendidos como domínios ou campos de ação que dão visibilidade aos eixos de trabalho educativo para que o professor possa organizar sua prática e refletir sobre a abrangência das experiências que propicia às crianças. (RCNEI, 1988, p.45)

O Programa Proinfância de acordo com seus projetos arquitetônicos proporciona ambientes vivos e ricos para o trabalho educativo que vão desde a escolha da localização até a seleção da mobília, tudo planejado para dar condições dos professores desenvolverem sua prática educativa, e as instituições ofertarem acesso às pessoas com necessidades especiais.

A transformação no espaço educativo infantil ocorre mediante reconhecimento institucional pela família, superando a ideia de que a creche é lugar de deixar as crianças para as mães trabalharem, com atendimento precário voltado exclusivamente ao cuidar, mas é um ambiente construtor de conhecimentos, isso provavelmente tem influenciado o aumento do número de matrículas na rede municipal de Guarabira/PB, de acordo com o secretário municipal de educação.

Aquilo que lhe falei antes, os pais têm consciência de que é educação infantil começa já com (01) um ano de idade, não como antes, há (20) vinte anos atrás não, só colocava um filho na escola

com 06, 07 anos de idade, então hoje nosso grande desafio é fazer com que os pais entendam que creche é educação e não apenas para cuidar e a gente vem ganhando espaço com isso. Porque muitos que achavam assim já mudaram de ideia, tanto que pulamos de um número pouco mais de 300 para perto de 800, graças a esse trabalho que se vem fazendo com a família. (ENTREVISTADO X, 2019)

Percebemos que, o sistema municipal busca oferecer material didático e pedagógico para as crianças da pré-escola com objetivo de melhorar a qualidade da educação. Porém, a secretária destacou que ainda não é ofertado um atendimento que corresponda às expectativas de uma educação que tenha superado suas precariedades, isto é, ainda não se conseguiu o nível desejado pela gestão.

Observamos que se buscou melhorar a implantação de novos espaços educativos infantis e, com a adesão ao Programa Proinfância, elevou-se o número de alunos matriculados. Já no que diz respeito à melhoria da formação dos professores e cuidadores, o município tem realizado parcerias com a UEPB/Campus III.

## **6. A UEPB E A EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE GUARABIRA: FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DE PROFESSORES**

A Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Campus III, na cidade Guarabira, possui o Departamento de Educação, com o Curso de Pedagogia, ofertando formação inicial nos turnos manhã e noite, tendo estudantes no Estágio Supervisionado no município de Guarabira/PB. Além disso, a universidade por meio de parceria com a Secretaria de Educação do município vem ofertando formação continuada aos docentes da rede pública de ensino de acordo com as necessidades profissionais desses trabalhadores, segundo o entrevistado.

[...] a UEPB, tem trabalhado a formação desses profissionais, porque antes monitor de creche [era] aquela pessoa que gostava de criança, uma senhora que tinha facilidade de trabalhar com criança, hoje nós estamos exigindo, além disso, a qualificação profissional, tanto é que estamos inserindo vários profissionais graduados na educação infantil para que tenhamos o professor da educação infantil e cuidador - monitor antes que agora seria o professor. (ENTREVISTADO X, 2020)

O município tem buscado inserir na educação infantil profissionais com formação inicial em nível de graduação, rompendo a lógica anterior da contratação de pessoas leigas. Ou seja, a contratação de pessoas qualificadas torna-se uma responsabilidade da gestão municipal. Este fator é primordial para melhoria da qualidade da educação, de acordo com secretário de educação.

Além desses estágios supervisionados a gente quando precisa de alguma formação para os professores, dependendo da área, nós entramos em contato com a coordenação dos cursos, eles passam para dar essa formação continuada, não um estágio supervisionado, mas a gente tem uma coisa a mais que eles vêm e faz essa formação para a gente. De um dia, ou de uma manhã dependente necessidade, já fizemos isso com a educação infantil, onde a UEPB, deu sua contribuição com a formação para todos educadores da educação infantil. Depois precisamos de uma formação para cuidadores, eles também fizeram essa formação para as pessoas que trabalhavam com educação inclusiva, e assim sempre que a gente vai a busca, e nos indica uma pessoa, uns professores que possam dar essa formação para nosso pessoal, [...] (Entrevistado X, 2019)

Essa postura é uma forma de valorização e reconhecimento da educação infantil, à qual deve ser de responsabilidade de profissionais capacitados e com formação na área, conforme dispõe a Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional 9394/96:

Art.62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para exercício do magistério na educação infantil e nos 05 (cinco) primeiros anos do ensino fundamental, oferecida em nível médio na modalidade normal (BRASIL/LDB, 1996, p. 64).

Além da formação mínima exigida para atuação na educação infantil, é obrigação dos municípios assegurar a formação continuada para os profissionais, devendo ocorrer a contratação desses profissionais por meio de concurso público previsto no artigo 37, inciso II- “a investidura em cargo ou emprego público de provas, ou provas de títulos, de acordo com a natureza e a complexidade [...]” (BRASIL/CF, 1988, p.36)

Vale ressaltar que, segundo inciso IX- “a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.” (BRASIL/CF, 1988, p.36)

De acordo com a legislação em vigor os profissionais, para atuarem em sala de aula, devem estar aptos, ou seja, habilitados, e contratados de forma regulamentar. A formação dos profissionais da educação infantil tem uma especificidade, ou seja, essa formação é complexa para atender ao seu público-alvo, com aprofundamento de vivências, além do Estágio Supervisionado, num aprofundamento teórico e metodológico durante todo o curso superior, como formação inicial articulada a formação continuada.

“[...] garantir a todo(as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualização dos sistemas de ensino.” (BRASIL/PNE, 2014, p. 51), observando que a elevação da formação do/a professores/as influenciará na qualidade da educação básica do país, bem como reflete na sociedade.

São esses profissionais da educação responsáveis pelo avanço e melhoria da educação, sendo assim a formação inicial e continuada articuladas são indispensáveis para o desenvolvimento da aprendizagem das crianças, e políticas públicas para transformação da educação.

A formação do profissional docente da educação infantil é um processo que ficará continuamente desafiando antigas e novas concepções, e não ocorrerá sem esses sujeitos-educadores. A educação infantil assim terá de abordar, durante os próximos, anos toda uma série de mudanças que a tornem capaz de enfrentar com boas possibilidades de êxito o novo contexto de trabalho no qual a situa o final de século. (KULISZ, 2004, p.33)

A autora, ao discutir sobre as diversas mudanças que a educação infantil deverá passar, aponta que a formação continuada dos profissionais se torna eficaz para qualidade desse atendimento, na atualidade. Cabe destacar que as mudanças ocorridas na sociedade refletem no conhecimento, sendo a educação infantil obrigatória e de direito subjetivo das crianças há menos de quatro décadas.

Neste sentido, os investimentos na educação é uma responsabilidade que os governantes dos entes federativos devem assegurar conforme estabelece a

Constituição Federal no artigo 212, no que se refere à manutenção e desenvolvimento do ensino.

A garantia Constitucional dos recursos públicos na educação efetivou-se com a Lei 11.497/2007 que instituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Esta lei assegurou investimentos em toda educação básica, inclusive na educação infantil.

Este importante fundo de financiamento para educação básica teria prazo para terminar em 2020, mas no dia 25 de agosto de 2020, o senado federal através da emenda constitucional nº 108, decorrente da PEC nº 26/2020, o tornou uma política permanente da educação brasileira.

Especificamente para os professores, 60% do valor do FUNDEB em vigência é destinado ao pagamento de seus salários quando atuam no magistério. Sem recursos financeiros a qualidade da educação ficará cada vez mais comprometida, isto é, a tendência com a retirada desse investimento na área é a do nível de qualidade da educação atingir a um padrão inferior.

Dessa maneira, as metas do Plano Nacional de Educação que englobam a educação básica dificilmente serão atingidas. O restante do recurso do fundo, 40% podem ser destinados para outras atribuições da educação básica, inclusive para formação dos profissionais.

Em se tratando do município de Guarabira, a UEPB, vem participando de maneira significativa da formação de professores para atuarem na educação infantil e a gestão pública municipal entendendo essa possibilidade formativa buscou investir esforços e reflexões sobre qualidade da educação, no município. Isto porque cabe aos sistemas de ensino promover a atualização docente e as demais condições necessárias à oferta de um ensino de qualidade.

Em Guarabira, percebemos ações conjuntas que reforçam a necessidade do poder público firmar parcerias com objetivos de garantir um ensino de qualidade, entendendo que a formação inicial e continuada é imprescindível para melhoria o processo de ensino e aprendizagem. A universidade, dessa forma, efetiva o seu compromisso social enquanto instituição pública.

Ressaltamos que a formação ofertada pela universidade vem respeitando a área de formação dos formandos, ou seja, a seleção dos profissionais que vão conduzir o curso é feita de acordo com a necessidade do município.

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) disponibiliza recursos financeiros para o aperfeiçoamento dos profissionais da educação. Contudo, de acordo com o secretário de educação do município, a formação oferecida aos professores da Rede Municipal de Educação de Guarabira/PB, pela UEPB, não teve custo financeiro para o município, segundo o secretário de educação.

Não, não, eles vêm de graça, apenas para contribuir e até se oferecem para o que a gente precisar a custo zero para o município, é uma parceria que a gente tem, eles entram com a parte de formação e nós entramos apenas com a lojista que é de lanche, de material, mas a UEPB, os professores que vêm totalmente de graça, com a contribuição dele mesmo. (ENTREVISTADO X, 2019)

Observa-se que, a parceria realizada entre o município e a universidade sem custo financeiro retira da gestão municipal a responsabilidade de contratar formação para seu quadro de professores. Nesse aspecto, questionamos onde os 40% do FUNDEB estão sendo usados? Ou porque o município não utiliza esse recurso para investir na formação contribuindo com a universidade? Se esses recursos fossem para a universidade, os profissionais que atuam nessas formações poderiam ter um maior reconhecimento? E se esse valor pudesse ser disponibilizado à formação inicial na universidade isto não resultaria numa elevação da atuação dos professores da educação básica? Por fim, nos perguntamos, por que os professores da universidade se oferecem para fazer esse tipo de formação?

As respostas a essas questões demandariam novos estudos, fugindo ao escopo desse trabalho, diante disso achamos por bem registrá-las.

Consideramos as ações promovidas pela Secretaria de Educação do município em parceria com a universidade uma política local empreendida para resolução rápida de problemas pontuais.

Nesse contexto, a formação continuada deve ser garantida desde que haja a formação mínima em graduação, ou nível médio, conforme está previsto na legislação educacional e se considere as demandas dos profissionais da escola, alerta Dourado (2015), que:

A consolidação das normas nacionais para a formação de profissionais do magistério para a educação básica é indispensável para o projeto nacional da educação brasileira, em seus níveis e suas modalidades da educação básica, tendo em

vista a abrangência e a complexidade da educação de modo geral e, em especial, a educação escolar inscrita na sociedade; (DOURADO, 2015, p. 304)

Neste sentido, a organização da formação inicial e continuada dos profissionais da educação faz parte um projeto de formação amplo que visa contemplar os anseios do seu público-alvo local, mas que esteja inserido no projeto global de sociedade, superando a fragmentação do conhecimento em seus níveis da educação básica.

Dessa forma, a formação inicial e continuada dos professores requer concepções fundamentais que estão instituídas pelos sistemas de ensino em parceria com os entes federados, ou com instituições de ensino que ofereçam igualdade de condições na formação de qualidade.

O autor segue afirmando que, a organização da formação inicial e continuada implica em buscar políticas públicas que repense os referenciais atuais, por meio de ações entre as políticas e a gestão da educação básica de ensino para valorização dos profissionais, considerando:

I. Sólida formação teórica e interdisciplinar dos profissionais; II. A inserção dos estudantes de licenciatura nas instituições de educação básica da rede pública de ensino, espaço privilegiado da práxis docente; III. O contexto educacional da região onde será desenvolvido; IV. Atividades de socialização e avaliação dos impactos; V. Aspectos relacionados à ampliação e ao aperfeiçoamento do uso da língua portuguesa e à capacidade comunicativa, oral e escrita, como elementos fundamentais da formação dos professores e à aprendizagem de Libras; VI. Questões socioambientais, éticas, estéticas e relativas a diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e sociocultural como princípios de equidade. (DOURADO, 2015, p. 306)

A organização do projeto de formação deve valorizar a articulação entre as instituições de ensino superior e as unidades escolares, ambientes educativos onde a prática pedagógica e o contexto entram em conexão pela atuação.

O autor defende uma formação organizada em colaboração com os sistemas de ensino de educação básica e o ensino superior, essa visão pressupõe que a formação será realizada com base na realidade dos docentes, garantindo uma sólida formação próxima da prática docente, a teoria é um aporte fundamental, que se concretiza na práxis desses profissionais.

[...] a formação de professores é responsabilidade das universidades, locus privilegiado e prioritário para a formação dos profissionais da educação básica, pela multiplicidade dos campos de saber e pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão que lhe é exclusiva; (FREITAS, 2014, p.429)

Ao falar sobre a formação dos docentes de responsabilidade das instituições locais, a autora não deixa claro se esse é um campo do saber complexo ou por estar mais próximo da realidade local. Seja por qual motivo for, demonstra a necessidade das instituições de ensino superior na formação dos profissionais, para desse modo fortalecer a identidade na construção da valorização profissional.

Alterar essas condições de produção do trabalho educativo, ou ao menos problematizá-las, é fundamental para orientar os debates sobre concepções de formação inicial e continuada de professores, que se articulam intrinsecamente com as concepções de escola e de projeto histórico para o país. (*idem, ibidem*, p.430)

A formação dos profissionais da educação tem relação direta com o modelo de sociedade em que estamos inseridos, as condições do trabalho docente revelam a concepção de sociedade, logo refletem na concepção de ensino, pois o ensino é indissociável da prática docente, sendo inerente a esse fazer.

A existência das políticas públicas de valorização e formação docente deve garantir o direito à educação diante de novas formas de organização do trabalho docente, uma vez que as condições de trabalho são precárias, afetando a qualidade do serviço oferecido pela escola.

Segundo Freitas (2014), condições de trabalho precário estão relacionadas a baixos salários, envolvendo muitas das vezes a complementação da carga horária de trabalho do professor com disciplinas fora da área de formação docente dos que atuam no ensino fundamental II, ou no ensino médio, salas de aulas superlotadas gestão escolar conservadora e falta de um trabalho interdisciplinar que possibilite uma nova roupagem para o ensino frente à sociedade atual.

Esses elementos vinculados a outros fatores estão associados à concepção de escola, e ao projeto educacional que temos no país, marcados pelas diversas políticas públicas que estabelecem as diretrizes e condições de formação dos professores e dos profissionais que atuam na educação.

Portanto, a formação e a atuação dos profissionais da educação estão ligadas diretamente com as políticas públicas que são estabelecidas pelos entes federativos

no cenário educacional brasileiro. Essas políticas também preconizam que tipo de ensino os sistemas deverão ofertar.

## **7. O PROINFÂNCIA EM GUARABIRA: ASPECTOS NACIONAIS E LOCAIS DE UMA POLÍTICA DE QUALIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL?**

A educação infantil enquanto parte da educação básica tem um papel importante na formação e no desenvolvimento integral das crianças, e ambiente onde este processo ocorre deve estar de acordo com as necessidades das crianças, como prever a lei e as teorias da educação.

Abordar o *Proinfância* foi uma inquietação que surgiu desde a graduação, que veio sendo aguçada durante todo o processo profissional e culminou na Pós-Graduação em Educação e Políticas Públicas, por permitir evidenciar o programa como uma política pública do governo federal em parcerias com os municípios.

Nesta parte trataremos de discorrer sobre projetos para construções de creches, os mobiliários e equipamentos que devem ser utilizados nas instituições de ensino infantil, conforme aponta o documento expedido pelo Ministério da Educação e Cultura do Brasil e atualizado em 2017.

De acordo com o documento, as escolas de educação infantil precisam oferecer segurança e igualdade através um serviço de qualidade a seus usuários de acordo com o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos da Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância), que em seu texto base aponta as suas intenções prioritárias:

Orientar entes federados, bem como indivíduos e instituições interessadas quanto às especificações de mobiliário e equipamento que poderá ser adquirido para o aparelhamento de creches e pré-escolas [...]. Assegurar o padrão de qualidade adequado para o mobiliário e equipamento que compõem as escolas de ensino infantil. (BRASIL, 2017, p.07)

Para tanto, as instituições de ensino nacionalmente devem celebrar convênios a fim de promover a qualidade do ensino infantil possibilitando vivências educativas às crianças, importantes para o seu desenvolvimento global.

“A dimensão do mobiliário de creches e de pré-escolas é considerada importante para a segurança, a saúde e o bem-estar das crianças e das pessoas que as atendem no ambiente escolar.” (BRASIL. 2017, p.09)

Destarte, lançamos um olhar para o programa Proinfância por levar em consideração o bem-estar das crianças em seus diversos aspectos, tendo em vista que necessitam de um atendimento que valorize e promova seu processo de desenvolvimento cognitivo, físico, motor, afetivo, em que se faz imprescindível a relação das crianças com meio ambiente, e os objetos fazem parte do processo de ensino e aprendizagem.

Sendo assim, assegurar padrões de qualidade aos objetos e equipamentos utilizados nos espaços educativos infantis é condição *sine qua non* à promoção da política nacional para a educação infantil e deve ser cumprida como forma de respeitar e assegurar os direitos das crianças.

O Programa Proinfância estabelece uma série de critérios a serem considerados para assegurar uma educação de qualidade, entre eles estão: quantidade de alunos e área específica para atender as crianças, de acordo com as particularidades do sistema de ensino.

IMAGEM Nº 01: PROGRAMA PROINFÂNCIA - PROJETO TIPO B, 2019



Fonte: site do MEC, 2020.

O projeto arquitetônico comporta 224 crianças, sua área é de 991,05 m<sup>2</sup>, 40x70 de terreno, ou seja, o sistema educacional que optar por um projeto desse tipo deve ficar atento para esses elementos. A quantidade do público a ser atendido é importante para celebrar o convênio, bem como a área onde deve ser realizada a construção, isto é, o local tem que estar de acordo com as exigências do programa.

Uma administração comprometida com a educação de qualidade que respeite os direitos constitucionais deve buscar projetos que atendam sua demanda de maneira respeitosa, ressaltamos que segundo a Lei 9.394/96, preconiza no artigo 11, que os municípios incumbir-se-ão de: “V- oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas [...]”, neste sentido a educação infantil é preferencialmente dever dos municípios e estes podem optar por fortalecerem seus sistemas de ensino por meio da celebração de convênio com o governo federal.

Neste sentido, compete ao sistema municipal de educação através da Secretaria Municipal de Educação, com a equipe técnica pedagógica, realizar planejamentos que contemplem estudos para verificar qual modelo de projeto pode ser implantado na sua rede de educação, em parcerias com outras secretarias.

Vale destacar que, os documentos oficiais normativos e orientadores para educação infantil devem ser colocados no Plano de Ações Articuladas (PAR), sendo o processo feito pelo Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação (SIMEC).

#### IMAGEM Nº 02: PROGRAMA PROINFÂNCIA - PROJETO TIPO C, 2019



Fonte: site do MEC, 2020.

O município que esteja dentro dos requisitos que norteia o projeto tipo C deve ter um público de 120 alunos, com uma área 668,30m<sup>2</sup> e 35x40m de terreno. Os projetos disponíveis no site do Ministério da Educação e Cultura, numerados em 01 e 02, definidos a partir de suas características apresentam a possibilidade de ampliação para o tipo B e C, cada qual com suas especificidades e este último contempla as reabilitações dos espaços já existentes nos municípios.

Observa-se que a educação infantil é assegurada por leis que colocam um investimento mínimo. A falta de investimento pode ocorrer devido à educação infantil não ser obrigatória, ou seja, pela interpretação de que só a partir dos 04 anos de idade a educação é obrigatória e dever do Estado. No entanto, ressaltamos que essa faixa etária está dentro da educação infantil, conforme dispõe a lei nacional de ensino atual (Lei nº 9394/96).

A Educação Infantil nos documentos do programa tende a avançar na melhoria da qualidade, mas para isso é preciso aderir a uma das propostas explícitas nos projetos, investindo nos ambientes educativos sem deixar de debater com base no contexto local.

Percebemos, portanto, que a estrutura não é tudo, ela apenas faz parte de um conjunto de ações que deve perpassar desde a formação dos profissionais para atuarem na área, como nos recursos para manter o funcionamento do sistema de ensino, passando pela garantia de uma alimentação saudável como dos demais direitos das crianças.

Quanto à alimentação o governo federal mantém o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que deve disponibilizar desde a educação infantil até o ensino médio, assegurando as modalidades de ensino as seguintes cifras, no tocante a educação infantil as “Creches: R\$ 1,07 e Pré-escola 0,53” para manter a alimentação das crianças (MEC, 2020).

Contudo, questionamos se esses valores disponíveis são suficientes para alimentar adequadamente uma criança na creche e escola de educação básica, sabendo que na pré-escola o valor ainda é mais baixo por criança, ou seja, como manter uma alimentação nutricional para cada criança com esse valor repassado pela União aos Estados e aos Municípios por dia letivo por cada aluno?

Observamos que, o processo educacional é um conjunto de elementos, que envolve desde a formação dos profissionais, a estrutura predial, entre outros. Para manter as crianças na rede de ensino é preciso de políticas públicas sintonizadas com as demandas sociais reais. Pensamos que a boa alimentação é primordial para o desenvolvimento das crianças, pois não basta ter uma boa estrutura física é preciso ter um olhar atento para outros fatores que interferem diretamente e indiretamente no processo de aprendizagem.

Neste sentido, uma boa alimentação contribui para uma vida saudável, e é de suma importância estabelecer essa política pública de incentivo alimentar nas escolas que de fato contribua para a saúde das crianças.

O papel da escola na prevenção e combate a obesidade é fundamental. A ela é dada a oportunidade de colocar a criança frente a uma reeducação alimentar, atividades físicas e mudanças comportamentais, em ambiente otimista, acolhedor e com possibilidade de cumplicidade entre todos os envolvidos. (FRANQUES, 2007, p.01)

A escola necessita ir além de disponibilizar recursos para uma boa alimentação, estar atenta para incentivar as crianças a se alimentarem de maneira saudável, evitando doenças, mantendo um hábito benéfico para as crianças. Logo, recursos destinados à alimentação devem fazer parte do conjunto de ações para o desenvolvimento integral da criança, de acordo com o entrevista,

[...] o governo federal manda um real (R\$ 1,00) para segurar uma criança durante um dia todo na creche, com cinco (05) refeições? O Proinfância que foi criando dentro do recurso Brasil Carinhoso, quando nós crescêssemos 15% nós tínhamos um recurso, veio 2, 3 anos depois não veio mais, nós temos apenas um real (R\$ 1,00) para mantermos essa criança o dia todo na creche, o município tem que dar essa contra partida, não é fácil alimentar essa criança com 5 refeições com apenas (R\$ 1,00). (ENTREVISTADO X, 2019)

O valor para financiar a alimentação de uma criança em tempo integral nas Creches é insignificante, conforme a experiência na gestão municipal de Guarabira/PB. As crianças ficam 07 horas por dia segundo a lei 9394/96, e 04 horas em período parcial, seja qual for a permanência nas instituições é preciso assegurar uma boa alimentação, para, dessa forma, garantir um bom desempenho escolar.

Para tanto, na cidade de Guarabira, o município tem que colaborar para assegurar essa alimentação. Neste cenário, constatamos que existem unidades infantis construídas, ou beneficiadas com implantação do Programa Proinfância, o secretário afirma que.

[...] nós temos um prédio que atende tudo isso, que é o Centro de Referência da Educação Infantil/CREI, que aquela Creche da tecnologia inovadora, que foi recém-inaugurada, há (02) anos, então essa sim atende todas as necessidades da educação infantil, porque é recente (02) anos, mas a gente tem feito um trabalho de melhoria

nesses prédios, não atingiu ao ponto que nós queríamos, mas tem melhorado bastante. (ENTREVISTADO X, 2019)

Esse modelo arquitetônico é tipo B e o município tem procurado melhorar seus imóveis, embora ainda não tenha conseguido em sua totalidade. Porém, a qualidade da educação exige a reestruturação dos espaços educacionais, sendo esse um dos fatores que colabora para melhoria do atendimento institucionalizado, conforme destaca os Indicadores da Qualidade na Educação Infantil (2009):

Os ambientes físicos da instituição de educação infantil devem refletir uma concepção de educação e cuidado respeitosa das necessidades de desenvolvimento das crianças, em todos seus aspectos: físico, afetivo, cognitivo, criativo. (BRASIL/IQEI, 2009, p.50)

Segundo os Indicadores da Qualidade na Educação Infantil (2009), sobre a concepção dos ambientes físicos com foco na formação das crianças, é necessário a relação colaborativa e a construção de ambientes que respeitem o cuidar e o educar em correspondência com o Programa Proinfância.

Os espaços da educação infantil devem promover a formação integral da criança nos aspectos físicos, afetivo, cognitivo e criativo. Para atender esses aspectos é preciso que os ambientes internos e externos às salas de aula da unidade escolar sejam planejados de forma a garantir o trabalho pedagógico. “Espaços internos limpos, bem iluminados e arejados, com visão ampla do exterior, seguros e aconchegantes, [...]; espaços externos bem cuidados, com jardim e áreas para brincadeiras e jogos, [...]” (BRASIL/IQEI, 2009, p.50)

As instituições aptas em termo de espaços para ofertar e desenvolver uma educação de qualidade, tanto os espaços internos como os externos são ambientes que revelam a atenção e o respeito com as necessidades das crianças pequenas, segundo o documento supracitado.

Observamos que no município de Guarabira apenas uma Creche do tipo B, com capacidade para atender 224 crianças, e outra do tipo C, em construção, que pode receber 120 alunos, totalizando 344 crianças assistidas, estariam nos padrões de qualidade (Cf. Anexos 02-04), muito embora o município tenha aproximadamente 800 alunos na rede de ensino (Cf. Secretária de Educação do Município de Guarabira, 2019).

Esses dados quantitativos refletem na qualidade da educação, e revelam que mais de 50% das crianças não vêm sendo atendidas, ou não estão frequentando um espaço adequado, conforme preconiza os Indicadores da Qualidade na Educação Infantil. Para atender esse público-alvo em sua totalidade, o município precisa resolver essa questão fundamental e, um dos caminhos, seria realizar novas adesões com o governo federal.

Constatamos, também, que as demais instituições da rede municipal de Guarabira, não estão dentro dos padrões nacionais de qualidade indicados nos documentos de referência, pois são construções antigas e inadequadas para tal fim.

Vale ressaltar que faz mais de uma década que o documento foi lançado pelo Ministério da Educação e da Cultura com as devidas orientações, e os Indicadores da Qualidade na Educação Infantil (2009), que antecipam como os projetos ofertados pelo Programa Proinfância devem ser arquitetados, no tocante as novas construções, como também a reestruturações das escolas infantis existentes e, mesmo assim, o município de Guarabira não conseguiu adequar os ambientes educativos num padrão de qualidade em referência para educação infantil. Essa situação pode comprometer o trabalho pedagógico realizado com a maioria das crianças da cidade de Guarabira.

## **8. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A história da educação infantil, no Brasil, vem apresentando mudanças significativas. O reconhecimento da educação básica como obrigatória possibilitou a ruptura com práticas de caráter assistencialista e pautadas exclusivamente no cuidar, passando esse nível da educação a ser visto como direito constitucional.

Essas transformações ocorreram devido às lutas dos movimentos sociais que defenderam o direito à educação das crianças associado aos cuidados necessários para o seu desenvolvimento integral.

Dessa forma, o *educar e cuidar* passou a ser visto como processos indissociáveis e complementares que deveriam ser trabalhados nas instituições de ensino. Neste sentido, os espaços infantis precisam ser ambientes acolhedores e respeitosos como preconizam as políticas de integração e os Indicadores da Qualidade para Educação Infantil.

Percebemos, por meio da pesquisa, que o município de Guarabira tem buscado melhoria para o atendimento da educação infantil. Porém, a Secretaria Municipal de Educação enfrenta dificuldades, atualmente, para conseguir adesão às políticas públicas ofertadas pelo governo federal, com ênfase no Programa *Proinfância*.

Como medida de enfrentamento é desenvolvida uma política local para a educação infantil, criando estratégias como, distribuição de material didático, formação continuada para os profissionais da educação em parceria com a Universidade Estadual da Paraíba, Campus III. Muito embora, o município afirme que não usa os 40% do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação para promoção da formação continuada ora aludida.

Além disso, o município fez celebração de convênios com o governo federal por meio do Programa Proinfância, mas não atende mais de 50% das crianças em ambientes considerados adequados para o desenvolvimento integral dessa população. Para superar essa situação, o município precisará estabelecer estudos, planejamentos e ações voltadas para atender a sua demanda social por educação com qualidade na rede de ensino.

Notamos que a educação infantil está bem alicerçada de forma documental, mas precisa ir além dos documentos, tendo práticas efetivas pautadas na qualidade da educação infantil.

Constamos, por meio da realização dessa investigação, que a educação infantil vem ganhando espaço nas políticas públicas, no tocante a melhoria dos ambientes, mas que existem barreiras burocráticas que interferem na ampliação e manutenção desses investimentos e que, por vezes, pode comprometer o trabalho de qualidade realizado em municípios brasileiros.

Nesse aspecto queremos registrar que, devido ao período de isolamento social, com a suspensão das atividades coletivas presenciais, não foi possível visitar as unidades escolares do município de Guarabira, de tal forma que não conhecemos de perto a totalidade da infraestrutura das unidades que são assistidas (ou não) pelo Programa Proinfância, sendo essa uma limitação do presente estudo.

Por fim, consideramos importante que as políticas públicas estejam abertas à discussão das ações e programas necessários ao desenvolvimento da educação infantil em todo território nacional.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Heloisa Helena Oliveira de. **Educação infantil e formação de professores**: para além da separação cuidar-educar São Paulo, Editora Unesp, 2013.

BOGDAN, Roberto C; BIKLEN, Santi Knopp. **A investigação qualitativa em educação**. Portugal, Porto, 1994.

BRASIL. **Mobiliário e equipamento escolar para educação infantil**: Manual de Orientações Técnicas volume 7. MEC, Brasília, 2017.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil (CF-1988)**. Edição do Senado Federal. Brasília, 2012.

\_\_\_\_\_. **Indicadores da qualidade na educação infantil**. Ministério da Educação/Secretaria da Educação Básica – Brasília: MEC/SEB, 2009.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Esplanada dos Ministérios - Bloco "A", 5º e 9º andares, Brasília, 2019.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Brasília, 2010.

\_\_\_\_\_. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental, 3v. Brasília, 1998.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições técnicas, 2002.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Educação**. Ministério da Educação/ Secretaria de Articulação com os sistemas de Ensino. Brasília, 2014.

\_\_\_\_\_. **Base Nacional Comum Curricular**. Ministério da Educação. Brasília, 2017.

\_\_\_\_\_. **Indicadores da Qualidade na Educação Infantil**. Ministério da Educação/Secretaria da Educação Básica – Brasília: MEC/SEB, 2009.

CRAIDY, Carmem Maria; KAERCHER, Gladis Elise P. da Silva. **Educação Infantil: pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed, 2001.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da educação básica**: concepções e desafios. Educ. Soc., Campinas, v. 36, nº. 131, p. 299-324, abr.-jun., 2015. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/281664320> Diretrizes curriculares nacio

nais para a formacao inicial e continuada dos profissionais do magisterio da e ducacao basica concepcoes e desafios.> Acessado em:24/03/2020

FRANQUES, A.R.M. **Saber 2007**. Disponível em <<http://www.aprendaki.com.brç>> Acesso em 24/01/2014.

FREITAS, Helena Costa Lopes de. **PNE e formação de professores contradições e desafios**. Retratos da Escola / Escola de Formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (Esforce) – v.8, n.15, jul./dez. 2014. – Brasília: CNTE, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo, Atlas, 2008.

KRAMER, Sonia. **Profissionais de educação infantil: gestão e formação**. São Paulo, Ática, 2005.

KULISZ, Beatriz. **Professores em cena: o que faz a diferença?** Porto Alegre, Mediação, 2004.

MARANHÃO, Damaris Gomes; ZURAWSKI, Maria Paula Vignola. **Cuidado e aprendizagem na educação infantil: cuidar e educar**. Brasília, n. 41, p.8-11, out/2014.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. 7. ed. Cortez, São Paulo, 2011.

## APÊNDICE



**UEPB**

Universidade Estadual da Paraíba  
Centro de Humanidades  
Departamento de Educação  
Especialização em Educação e Políticas Públicas  
Professora: Rita de Cássia Rocha Cavalcante  
Aluna: Maria Amélia Ribeiro

Prezado senhor, solicito a vossa colaboração no sentido de responder ao questionário abaixo que tem como tema políticas públicas para educação infantil. Nosso objetivo é compreender o desenvolvimento da Educação Infantil pautada na inclusão das crianças através do Programa Proinfância. Agradecemos a vossa atenção e respostas e solicitamos a sua permissão para uso e divulgação das informações no trabalho de conclusão de curso com finalidade exclusivamente educativa e sem fins financeiros.

### **ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA**

1. Quais políticas públicas estão sendo desenvolvidas no município de Guarabira para a educação infantil?
2. O Programa Proinfância implantado pelo governo Federal desde (2007) vem sendo implantado no município?
3. De que maneira está sendo desenvolvidas as ações do Programa Proinfância?
4. Quais dificuldades têm sido enfrentadas pela Secretaria de Educação para efetivar a educação infantil?
5. Quantas instituições de educação infantil existem atualmente no município de Guarabira? E quais destas instituições foram contempladas pelo Programa Proinfância?
6. Quais estudos foram feitos para implantar o Programa Proinfância?
7. As instituições de ensino da educação infantil são organizadas conforme orienta os Indicadores da Qualidade da Educação Infantil, (1990)?
8. Os/as professores/as para atuarem na educação infantil são habilitados/as?
9. O município desenvolve alguma política local para melhorar a qualidade da educação infantil?
10. Como o município tem inserido a educação infantil no plano municipal de educação?



**UEPB**

Universidade Estadual da Paraíba  
Centro de Humanidades  
Departamento de Educação  
Especialização em Educação e Políticas Públicas  
Professora: Rita de Cássia Rocha Cavalcante  
Aluna: Maria Amélia Ribeiro

## **2ª ENTREVISTA ESTRUTURADA**

1. Como é feita a parceria entre a UEPB e a Secretaria de Educação do município de Guarabira?
2. A formação continuada de professores do município de Guarabira está relacionada ao estágio supervisionado?
3. Houve capacitação ou curso de extensão ou outra ação institucional no sentido de beneficiar as políticas públicas educacionais da educação infantil do município de Guarabira? Qual a sua avaliação em termos de ponto positivo sobre essa demanda local.
4. Na parceria com a universidade existe alguma contribuição financeira por parte do município de Guarabira?
5. Há algum acordo da Secretaria de Educação do município de Guarabira com o Departamento de Educação ou Coordenação de Pedagogia?
6. Vocês têm algum documento que possam provar isso?

## ANEXO



Foto 1: Fachada frontal da creche do Programa Proinfância na cidade de Guarabira, 21/05/2020. Por: Amélia Ribeiro



Foto 2: Entrada da Creche Proinfância – tipo 2, na cidade de Guarabira em 21/05/2020. Por: Amélia Ribeiro



Foto 3: Fachada lateral de creche do Programa Proinfância, tipo 2 na Guarabira, 21/05/2020. Por: Amélia Ribeiro

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E VOZ**

Pelo presente instrumento, o(a) titular do direito, abaixo identificado(a), AUTORIZA o uso de sua imagem e voz em material de divulgação, seja vídeo, áudio ou impresso, para fins educativos, técnicos, culturais e de divulgação científica, sem finalidade lucrativa, nas atividades de difusão, exibição, veiculação e campanhas institucionais da Universidade Estadual da Paraíba, autarquia estadual universitária, inscrita no CNPJ n.º 12.671.814/0001-37, concordando, para tanto, com os termos de divulgação expostos a seguir.

**IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR**

Nome: Raimundo Alves de Macedo Sobrinho  
RG/ Órgão Emissor: 1384641 CPF: 600.495.054-84  
Endereço: RUA JOSÉ ALVARES TRIGO E.C., 799  
E-mail: \_\_\_\_\_ Telefone: (83) 98893-5116

**DOS TERMOS DE DIVULGAÇÃO**

**CLAUSULA 1ª.** A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem e da voz em todo território nacional e no exterior, em todas as suas modalidades e, em destaque, das seguintes formas: (I) vídeo; (II) sítio eletrônico da Instituição (III) programas de televisão, rádio, reportagens para jornais e revistas; (IV) redes sociais (Facebook, Youtube, Instagram); entre outras peças de comunicação, por período indeterminado.

**CLÁUSULA 2ª.** Declaro, para todos os fins de direito, que assumo total responsabilidade pelo aporte ideológico e opiniões por mim externadas, isentando a Universidade Estadual da Paraíba de toda e qualquer responsabilidade acerca delas.

**CLAUSULA 3ª.** Para a solução de eventual litígio relativo ao uso de imagem e voz, fica eleito o Foro da cidade Campina Grande (PB), em detrimento de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Por esta ser a expressão da minha vontade, declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à imagem ou a qualquer outro, e assino a presente autorização.

Guararapes (PB), 24 de Agosto de 2020  
Local UF Data

Raimundo Alves de Macedo Sobrinho

Universidade Estadual da Paraíba

Rua Baraúnas, 351 - Bairro Universitário - Campina Grande-PB,  
CEP 58429-500, Fone/Fax: 83 3315.3300